



RESPOSTAS AO PARLAMENTO EUROPEU
QUESTIONÁRIO DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO
Neven MIMICA
Cooperação Internacional e Desenvolvimento

1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas quanto ao desempenho das suas funções na Comissão?

Há quase três décadas que tenho um papel ativo na vida política, que participo na definição das políticas públicas e que desempenho cargos de governação; desempenhei vários cargos diplomáticos, administrativos e políticos a nível nacional e, desde o ano passado, a nível europeu. A construção de relações mutuamente vantajosas com os países vizinhos e os países terceiros através das políticas externa, comercial e económica esteve sempre no centro da minha atividade profissional e política. Fui igualmente chefe de delegação das negociações para a adesão da Croácia à OMC.

Tive um papel ativo ao longo de todo o processo de adesão da Croácia à União, designadamente como chefe da delegação que negociou o Acordo de Estabilização e de Associação com a União Europeia, como ministro da Integração Europeia, como Presidente da Comissão da Integração Europeia do Parlamento croata, como membro do comité nacional de acompanhamento das negociações de adesão à UE e como Vice-Primeiro Ministro responsável pela Administração Interna, Negócios Estrangeiros e Assuntos Europeus. Fui um defensor incondicional do processo de adesão, que proporcionou à Croácia uma ocasião única de mudar tudo e todos para melhor, modernizando o quadro económico, social, institucional e legislativo e contribuindo para a evolução das mentalidades.

Esta experiência única servirá de inspiração para o meu trabalho como Comissário responsável pela Cooperação Internacional e o Desenvolvimento. Se for confirmado como comissário, esforçar-me-ei por ajudar os países parceiros a construir sociedades e economias resilientes, que ofereçam aos seus cidadãos paz, prosperidade económica e segurança social no pleno respeito dos seus direitos fundamentais: uma missão, que em alguns dos aspetos que implicam mudanças de fundo, se assemelha ao processo de integração europeia em que participei pela Croácia.

Na sequência da adesão da Croácia, tive a honra de ser nomeado membro da Comissão Europeia em representação da Croácia. Tive assim a oportunidade de participar na formulação, execução e comunicação das políticas europeias e, em particular, a política de defesa do consumidor, uma política transversal que afeta a vida quotidiana de cada cidadão europeu.

Como Comissário responsável pela Cooperação Internacional e o Desenvolvimento, servir-me-ei da minha experiência no domínio das relações externas e comerciais e das políticas internas da

União. No início da minha carreira trabalhei como conselheiro económico e ministro conselheiro na embaixada do meu país no Egipto, uma experiência que me permitiu aprofundar o meu interesse pelos países terceiros, em especial os de África, compreender melhor a sua cultura e consolidar a minha vontade de ajudar a construir relações de confiança e mutuamente vantajosas. Há mais de vinte anos que me ocupo também de aspetos fundamentais da política de desenvolvimento. Em 1994, participei ativamente na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, na qual os países participantes concordaram que população e desenvolvimento são indissociáveis e que o empoderamento das mulheres e a satisfação das necessidades das populações em matéria de educação e de saúde, incluindo a saúde reprodutiva, são necessários tanto para o progresso individual como para um desenvolvimento equilibrado. Em 2012, tive a oportunidade de chefiar a delegação croata para a conferência «Rio +20» sobre o desenvolvimento sustentável e de coordenar a contribuição da Croácia para o lançamento deste processo fundamental para o quadro de desenvolvimento pós2015.

De acordo com os objetivos fixados pelo Presidente eleito Jean-Claude Juncker, as principais prioridades do meu mandato, se for confirmado no cargo, consistirão em preparar as posições da União, participar ativamente nas negociações sobre o quadro pós-2015 e lançar as negociações para um acordo pós-Cotonu. Colaborarei estreitamente com a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão para reforçar a parceria estratégica da União com África. Tenciono também colaborar estreitamente com os Comissários responsáveis pelas outras políticas para ajudar a garantir a coerência das nossas políticas e apoiar os nossos objetivos em matéria de cooperação internacional e de desenvolvimento relativamente a todos os países em desenvolvimento.

A integridade e a independência de qualquer influência indevida são cruciais para a confiança dos cidadãos na qualidade do trabalho desenvolvido pela Comissão e para o respeito de que esta goza. Sempre tive um enorme cuidado, incluindo nas minhas atuais funções como Comissário, em evitar qualquer ligação a atividades económicas que pudessem causar conflitos de interesses, como demonstra a declaração de interesses que redigi de acordo com o Código de Conduta dos Comissários.

Caso a minha nomeação se confirme, comprometo-me a respeitar as mais rigorosas normas de profissionalismo e integridade, como preconiza o código, e em atualizar a minha declaração de interesses uma vez por ano e sempre que surjam alterações. Comprometo-me solenemente a respeitar as obrigações e as normas de ética estabelecidas no Tratado e no Código de Conduta dos Comissários. Em especial, não solicitarei nem aceitarei instruções de nenhum Governo ou qualquer outra entidade e abster-me-ei de praticar qualquer ato incompatível com a natureza das minhas funções, como o exercício de outras atividades profissionais, por exemplo.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços?

Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de seguimento efetivo das posições e pedidos do Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Acredito firmemente que é essencial uma estreita cooperação no âmbito do Colégio de Comissários para garantir a coerência, a qualidade e a eficácia das diferentes políticas. Enquanto Comissário responsável pela política dos consumidores foi necessário colaborar diretamente com doze outros comissários, nomeadamente os responsáveis pela Justiça, a Energia, o Mercado Interno e as Empresas. Comprometo-me a observar escrupulosamente o princípio da colegialidade, caso se confirme a minha nomeação para o novo mandato.

O que conta é a eficácia da ação global da União e não a diferença entre as políticas. Assim, enquanto Comissário responsável pela Cooperação Internacional e o Desenvolvimento procurarei colaborar de forma estreita e regular com a Alta Representante/Vice-Presidente e os restantes comissários responsáveis pela área das relações externas, bem como com outros comissários responsáveis por políticas como a ajuda humanitária e a gestão de crises, a migração, o ambiente e as pescas, a ação climática e a energia, o comércio ou a agricultura. Para garantir a coerência das políticas, evitar as duplicações e reforçar a eficácia da ajuda é preciso acordar claramente as prioridades e as modalidades de funcionamento e estabelecer práticas de cooperação e consulta quotidianas. As situações de crise nos países terceiros, como a crise do ébola, requerem uma resposta comum imediata e coordenada, mas recordam também a necessidade de definir políticas integradas e coordenadas de médio/longo prazo.

Assumirei a plena responsabilidade política pelas minhas atividades e as dos meus serviços para permitir ao Parlamento exercer eficazmente o seu controlo democrático.

Comprometo-me firmemente a garantir a transparência do meu trabalho e dos meus serviços perante o Parlamento Europeu, a fim de assegurar uma boa cooperação interinstitucional, reforçar a legitimidade e a responsabilização pela minhas ações e contribuir para a eficiência e a boa governação. Subscrevo plenamente o nosso novo compromisso a favor da transparência, definido nas orientações políticas do Presidente eleito, e comprometo-me a tornar públicos todos os meus contactos e encontros com organizações profissionais ou trabalhadores independentes sobre qualquer questão relacionada com a definição e a implementação das políticas da UE. Apoiarei e contribuirei também ativamente para os esforços mais amplos da Comissão no sentido de reforçar a transparência relativamente aos cidadãos e as consultas no âmbito do processo de elaboração das políticas.

Estarei sempre disponível para encontros e intercâmbios de informações com o Parlamento Europeu e comprometo-me a fornecer informações rápidas e precisas. Terei com o Parlamento Europeu e as suas comissões um diálogo político construtivo, assente na confiança recíproca, na transparência, na apresentação de relatórios periódicos e no intercâmbio de informações. Estou disposto a reunir-me periodicamente com a comissão parlamentar competente. Estou também disponível para explorar novas sinergias entre o valioso trabalho e conhecimentos do Parlamento e a Comissão, por exemplo antes e depois das visitas parlamentares a países terceiros.

Relativamente ao seguimento a dar às posições e pedidos do Parlamento Europeu, aplicarei as disposições do acordo-quadro e, nas áreas que são da minha competência, envidarei o necessário para que a Comissão dê resposta às resoluções ou pedidos do Parlamento ao abrigo do artigo 225.º do TFUE, no prazo de três meses após a sua adoção. Neste contexto, apoio e subscrevo integralmente o compromisso assumido pelo Presidente eleito Jean-Claude Juncker segundo o qual a Comissão examinará com especial atenção os relatórios de iniciativa legislativa. Procurarei ainda garantir a igualdade de tratamento nas relações com o Parlamento e com o Conselho, dentro dos limites impostos nos Tratados e no acordo-quadro.

Perguntas da Comissão do Desenvolvimento

3. Quadro de desenvolvimento pós-2015 / Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Estamos a aproximar-nos do termo do quadro de desenvolvimento global e, nomeadamente, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Apesar de terem sido alcançados alguns avanços, muito terá de ser feito no âmbito da agenda para o desenvolvimento pós-2015. Tendo em consideração a abertura iminente das negociações sobre o quadro global pós-2015, o novo Comissário deverá assumir as suas funções rapidamente e ser capaz de assegurar que a contribuição da UE para a definição e a concretização dos futuros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável seja ambiciosa e coerente.

De que modo é que o Comissário indigitado vê o papel da UE no quadro de desenvolvimento global pós-2015, em particular no que diz respeito ao estabelecimento de prioridades para o desenvolvimento, aos entendimentos sobre financiamento do desenvolvimento e eficácia da ajuda e à melhoria da coordenação entre doadores?

Concorda com a importância atribuída ao tratamento das desigualdades, tanto ao nível interno dos países como entre si, enquanto questão central e objetivo do quadro pós-2015? De que modo tenciona garantir que nenhum indivíduo fique esquecido e que os direitos humanos sejam respeitados independentemente do sexo, da origem étnica ou racial, da religião ou crença, da deficiência, da idade ou da orientação sexual de cada um?

De que modo é que o Comissário indigitado vê o papel da UE no sentido de garantir que os objetivos em matéria de clima e de energia no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sejam ambiciosos e sejam atingidos, nomeadamente tendo em consideração que as pessoas que estão já a enfrentar os mais difíceis desafios de desenvolvimento virão a sofrer as consequências mais duras das alterações climáticas, e de que modo tenciona garantir que as ajudas investidas no setor da energia beneficiarão os mais necessitados, em particular nas zonas rurais? Por último, tenciona fazer do direito fundiário e do direito de propriedade, assim como do registo fundiário, uma prioridade da agenda para o desenvolvimento pós-2015?

A União Europeia deve ter por objetivo assumir um papel de liderança relativamente ao quadro de desenvolvimento global pós-2015.

Se for confirmado como comissário, envidarei todos os meus esforços para que seja alcançado um resultado ambicioso que seja universal e gerador de mudanças de fundo. Ambicioso significa tornar ainda mais eficaz a luta contra a pobreza graças a uma estratégia mais abrangente que englobe as dimensões social, económica e ambiental.

Neste contexto, vai ser preciso um acordo global entre todos os intervenientes sobre os meios financeiros e não financeiros de execução. A União deve apresentar uma oferta forte, baseada numa confirmação clara do compromisso 0,7 % em matéria de APD. Um elemento central deste acordo deve ser o reforço da coerência das políticas para o desenvolvimento. Comprometo-me a continuar a integrar nas nossas intervenções os compromissos assumidos no Fórum de Busan e a manter a nossa liderança na Parceria de Busan para uma Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento de forma a contribuir para a execução da agenda pós-2015. Outra prioridade será reforçar a eficácia da ajuda e a coordenação dos doadores, aproveitando e desenvolvendo mais iniciativas como a programação conjunta ou a criação de fundos fiduciários.

O quadro pós-2015 deve visar um desenvolvimento inclusivo e sustentável que terá como uma das pedras angulares a redução das desigualdades que ainda persistem. A minha ambição é ajudar os países a desenvolverem economias sustentáveis que ofereçam postos de trabalho e uma forte sustentabilidade social que inclua não só o aspeto da segurança social mas também o pleno respeito dos direitos humanos de todos. A nossa cooperação e as nossas ações de desenvolvimento devem seguir uma abordagem baseada nos direitos, incluindo os direitos humanos.

Apoio firmemente objetivos ambiciosos em matéria de clima e energia. Estes desafios estão estreitamente interligados. O desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza são indissociáveis. O novo quadro tem de ser coerente e consonante com a Convenção-Quadro das

Nações Unidas sobre as alterações climáticas, que constitui o principal quadro em matéria de clima. Comprometo-me a integrar sistematicamente os objetivos em matéria de clima e energia na conceção, execução e acompanhamento dos programas e projetos de desenvolvimento. Na área que é da minha competência, garantirei o respeito do compromisso que consiste em afetar pelo menos 20 % do orçamento a ações em favor do clima. No domínio da energia, há que ter em conta tanto as considerações em matéria de sustentabilidade, por exemplo, as energias renováveis e a eficiência energética, como a necessidade de melhorar o acesso à energia, nomeadamente nas zonas rurais. É minha intenção tomar medidas ambiciosas de acordo com os objetivos propostos no que respeita aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à Energia Sustentável para Todos.

Os direitos de propriedade e os direitos fundiários terão um papel decisivo na agenda pós-2015. Estes direitos proporcionam às pessoas meios para trabalhar, produzir alimentos e ganhar a sua vida, o que permite transferir uma parte significativa do trabalho informal para o mercado formal, contribuindo para uma maior mobilização das receitas internas.

4. Cooperação com o Parlamento e com as partes interessadas relativamente ao Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento e ao futuro após o acordo de Cotonu:

O Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento (ICD) e o Acordo de Parceria de Cotonu constituem os alicerces jurídicos de base da cooperação para o desenvolvimento da UE. Neste sentido, a Comissão do Desenvolvimento considera que uma cooperação estreita com a nova Comissão é essencial para assegurar um mandato bem-sucedido, recordando, neste contexto, ao Comissário indigitado que um novo mecanismo de «Diálogo Estratégico» entre a Comissão e o Parlamento foi criado a fim de permitir a participação do Parlamento no processo de decisão relativo a opções estratégicas adotadas nos documentos de programação plurianual. O Parlamento recorda igualmente que o Acordo de Parceria de Cotonu caduca em 2020 e que os próximos cinco anos serão, portanto, cruciais para a elaboração de um plano de ação relativo a um novo quadro UE-ACP, reiterando a sua preocupação com os termos do atual acordo, nomeadamente no que diz respeito às suas faltas em matéria de diálogo político sobre direitos humanos.

De que modo tenciona o Comissário indigitado participar no Diálogo Estratégico com o Parlamento Europeu sobre o ICD? Pode confirmar se a Comissão tenciona adotar, após a revisão intercalar, atos delegados que alterem os anexos do ICD relativos à cooperação e às dotações financeiras indicativas, nos termos do Regulamento ICD (artigo 17.º)?

De que modo tenciona incluir o Parlamento e outras partes interessadas de países ACP e europeus, nomeadamente os parlamentos e a sociedade civil, na preparação e nas negociações do quadro para as relações UE-ACP após a expiração do acordo de Cotonu, garantindo que será dada a devida atenção às preocupações do Parlamento?

Respeito plenamente o controlo político do Parlamento. O diálogo estratégico representa uma excelente oportunidade para discutir a nível político as orientações da programação estratégica com o Parlamento Europeu. Caso se confirme a minha nomeação, estarei disponível para representar pessoalmente a Comissão nos futuros diálogos estratégicos sobre o ICD com o Parlamento. Farei o necessário para que as posições expressas pelo Parlamento sejam tidas em conta antes da adoção dos documentos de programação.

Congratulo-me com o facto de o legislador ter habilitado a Comissão a alterar os domínios de cooperação e as dotações financeiras indicativas do ICD, de forma a permitir que a União se adapte a um contexto em evolução. A Comissão adotará atos delegados com base nas recomendações do relatório de avaliação intercalar.

O termo de vigência do Acordo de Cotonu e a forma que assumirá o acordo que se lhe sucederá terão um impacto profundo nas relações entre a União e os países ACP. A dimensão das consultas que realizarmos deve refletir a dimensão da iniciativa que pretendemos desenvolver. Comprometo-me a lançar, em 2015, uma consulta pública ampla e aprofundada sobre o âmbito de aplicação e as prioridades do novo acordo.

Gostaria de estabelecer com o Parlamento Europeu uma relação o mais estreita possível sobre esta questão, pelo que procurarei tirar o máximo partido das nossas possibilidades de diálogo. Paralelamente, encetarei consultas e diálogos estreitos com os representantes dos Estados ACP e

os outros parceiros interessados.

5. Alimentação, direito fundiário e direito de propriedade

2014 foi proclamado Ano Internacional da Agricultura Familiar pelas Nações Unidas e Ano da Agricultura e Segurança Alimentar pela União Africana.

Qual é a opinião do Comissário indigitado sobre a resposta a dar às necessidades da agricultura tradicional e de pequena dimensão em zonas rurais, que representa a principal fonte de rendimento de mais de 60 % da população africana? O Comissário indigitado apoia o desenvolvimento de uma estratégia de proteção dos direitos de exploração fundiária (nomeadamente acordos consuetudinários, coletivos e comunitários relativos à propriedade fundiária) contra as expropriações? Considera que é necessário promover o direito de propriedade em países em desenvolvimento e melhorar a governação fundiária? Apoiaria a criação de uma linha orçamental bem definida dedicada ao direito de propriedade em países em desenvolvimento, com o objetivo de apoiar uma reforma a longo prazo da governação fundiária e de generalizar a inclusão do direito de propriedade na elaboração e na execução de documentos de estratégia por país?

Os investimentos em pequenas explorações agrícolas têm dado ótimos resultados em termos de redução da pobreza. Tenciono portanto dar prioridade às ações destinadas a aumentar os rendimentos dos pequenos agricultores e a melhorar a resiliência das comunidades rurais.

Os investimentos em grande escala em terrenos agrícolas não devem comprometer a segurança da propriedade fundiária e os direitos de exploração fundiária, pressupostos indispensáveis para a segurança alimentar e a sustentabilidade do setor agrícola e elementos essenciais para a redução da pobreza, em especial das mulheres e das populações indígenas. Se for confirmada a minha nomeação, levarei a cabo ações que garantam tais direitos, respeitando os usos e as tradições locais.

Considero que a existência de direitos de propriedade é essencial no âmbito de políticas fundiárias nacionais eficazes, obrigando os governos a adotar medidas prioritárias. Neste sentido, reforçarei a participação da União nas iniciativas internacionais que visam definir quadros para os investimentos responsáveis em terrenos agrícolas, a fim de assegurar que são sustentáveis e respeitam os direitos humanos e os meios de subsistência. Cito, a título de exemplo, as orientações voluntárias para uma governação responsável em matéria de propriedade fundiária, adotadas em 2012 pelo Comité da Segurança Alimentar Mundial, e o processo em curso para a definição de princípios voluntários para investimentos agrícolas responsáveis.

Apoiarei energicamente a contribuição das rubricas orçamentais geográficas e temáticas para a iniciativa emblemática da União «governação fundiária em favor dos pobres» prevista no programa «bens públicos e desafios globais», a fim de apoiar a execução a nível nacional, o diálogo político e o desenvolvimento de capacidades, tendo devidamente em conta a dimensão de género.